ARTIGOS

Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais

Waldomiro de Castro Santos Vergueiro

Resumo

A evolução das atividades do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas acelera-se a partir de necessidades advindas da "explosão bibliográfica". Surgem propostas de modelos para operacionalização do desenvolvimento de coleções, bem como a necessidade de se particularizar as abordagens segundo a tipologia das bibliotecas. A preocupação com o desenvolvimento de coleções também começa a surgir no Brasil, ainda que em ritmo mais lento.

Palavras-chave

Planejamento bibliográfico; Desenvolvimento de coleções.

INTRODUÇÃO

A expressão "desenvolvimento de coleções" é bastante recente na literatura biblioteconômica. Durante muito tempo, os bibliotecários praticamente evitaram encarar essa questão diretamente, talvez porque os motivos para tanto não se colocassem em grau de suficiente importância, ou porque ignorassem como as atividades relacionadas com a constituição e/ou planejamento de acervos informacionais se encontravam interligadas. Limitavam-se a abordar essa problemática de maneira isolada. No entanto, o desenvolvimento da Biblioteconomia, tal como acontece com qualquer ramo da ciência, foi aos poucos fazendo a síntese de preocupações antes dispersamente encontradas, gerando o aparecimento de uma nova especialidade, o desenvolvimento de coleções. Isto, obviamente, não aconteceu por acaso, mas acompanhou mudanças estruturais da organização do conhecimento registrado, reflexos da modificações ocorridas em nível mais amplo, ou seja, no da disseminação do conhecimento humano.

EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas apresenta um nítido incremento a partir das últimas décadas, quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais. Mais que isto, constatou-se que tal era verdadeiro tanto no que dizia respeito à construção de espaços físicos para acomodação dos novos itens a serem incorporados, como no que concernia à possibilidade de tratamento adequado de todo este material.

Este crescimento da literatura, principalmente especializada, foi ocorrência imediata daquilo que Solla Price, já durante a década de 50, chamou de lei do crescimento exponencial da ciência, querendo significar que o crescimento de áreas gerais ocorre exponencialmente, enquanto o de subáreas, após uma fase inicialmente linear, transforma-se, ele também, em exponencial.

Desta forma, a literatura científica tende a aumentar a rapidez com que dobra de volume (o primeiro estudo de Solla Price, realizado nas áreas de física e teoria de determinantes e matrizes, apontava um índice situado ente 10 e 15 anos como o necessário para que a literatura nessas áreas tivesse seu volume duplicado), sendo esse apenas um dos fatores daquilo que ele, posteriormente, denominou de "revolução científica"[1]. Esses estudos, segundo Braga, comentando a obra do estudioso norte-americano, deveriam funcionar como um "sinal de alerta para enfrentarmos o problema antes que seja tarde demais"[2].

Não se sabe se as afirmações de Solla Price encontraram boa acolhida entre os profissionais responsáveis pela guarda e recuperação da informação, ou se foram elas ou o alerta de Bradford sobre a emergência de um possível "caos documentário"[3] que fizeram os bibliotecários passarem a ter uma preocupação maior com o desenvolvimento de coleções. O certo é que as conseqüências dos fenômenos pesquisados pelos dois estudiosos, a chamada explosão bibliográfica, trouxeram preocupações extras a esses profissionais, introduzindo, em sua tarefa de coleta, elementos complicadores antes inexistentes. Entre estes, pode-se destacar, por exemplo, o fato de que boa parte da produção colocada no mercado por esta "ex-

plosão" é constituída, na realidade, de material de pouca importância, repetindo apenas o que outros haviam dito ou discutido anteriormente a eles, sem nada acrescentar de novo.

Isto veio a aumentar sobremaneira a necessidade de uma seleção de acervo cada vez mais criteriosa, o controle do crescimento ou desenvolvimento das coleções, a fim de que estas não ficassem abarrotadas de materiais com informações redundantes. E esta preocupação surgiu, foi e continua a ser predominante na área das bibliotecas acadêmicas e universitárias – uma das razões pelas quais a discussão sobre o desenvolvimento de coleções tem sido feita, na literatura especializada, enfocando, principalmente, este tipo de instituição bibliográfica.

A questão não era – e continua a não ser – simplesmente financeira, originada pela eventual falta das verbas necessárias para garantir a aquisição dos materiais considerados de interesse. Era, mais que isso, uma questão de total impossibilidade de acompanhar, de maneira minimamente efetiva, o ritmo da "explosão bibliográfica". Entre 1950 e 1965, a produção mundial de livros produzidos no mundo inteiro, considerando-se o número de títulos, chegou a duplicar[4], isto para não entrar em considerações a respeito do aumento da produção de outros formatos e veículos de comunicação, como é o caso dos periódicos tanto gerais como especializados, dos discos, filmes, diapositivos etc.

A aquisição exaustiva de obras, com a conseqüente garantia de acomodação das mesmas, passava a ser, desde então, tarefa cada vez mais difícil de ser cumprida. Basta lembrar, a título de ilustração, que o maior crescimento de bibliotecas universitárias nos Estados Unidos ocorreu no período que vai de 1967 a 1974, no qual foram construídos prédios e/ou novas salas para acomodar cerca de 163 milhões de volumes. Enquanto isso, as coleções das bibliotecas universitárias daquele país, devido ao grande volume de verbas então disponíveis, expandiram-se, no mesmo período, por volta de 166 milhões de volumes. Ou seja: um excedente de aproximadamente três milhões de volumes para os quais não foi possível providenciar espaço em termos de armazenamento[5]. E tal aconteceu, diga-se de passagem, em uma das épocas mais favoráveis já vivenciadas pela biblioteconomia norte-americana, quando as verbas para bibliotecas universitárias e especializadas eram obtidas com relativa facilidade.

Depois disso, as verbas, tanto para a construção de novos edifícios, como para a própria aquisição de" recursos informacionais começaram a tornar-se cada vez mais difíceis de serem obtidas, e a necessidade de planificação dos acervos passou a ser uma opinião – ou uma certeza – a cada dia mais e mais compartilhada pelos bibliotecários. Ilustra bem este fato a seguinte afirmação, expressa por James C. Baughman:

"Os bibliotecários estão começando agora a perceber que eles não podem continuar a trabalhar sob a pressuposição de que não existe limite para a quantidade de material que pode ser adquirido, organizado e armazenado. A taxa de produção de documentos é demasiadamente grande e pressões fiscais demasiadamente agudas para permitir aos bibliotecários manter seu *modus operandi.* É tempo também que os bibliotecários percebem que é possível adquirir coleções básicas de qualidade sem alcançar figuras astronômicas"[6].

Não se entenda, no entanto, que essa preocupação se tenha iniciado durante a década de 60 ou inícios da de 70, quando se pode identificar nitidamente um movimento em direção ao desenvolvimento de coleções. O fato é que, por esta época, no mundo inteiro – o Brasil demorou um pouco para aderir – boa parte dos bibliotecários passou a dar maior atenção às coleções sob sua responsabilidade, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgalas. Enfim, procurando transformá-las em alguma coisa mais coerente.

E houve, então, como que um *boom* do desenvolvimento de coleções: artigos sobre o assunto ou sobre suas atividades componentes começaram a aparecer, com frequência cada vez maior, nos periódicos de Biblioteconomia; manuais especializados foram escritos, buscando conscientizar os profissionais sobre a importância do tema; teses e pesquisas foram realizadas em universidades do mundo inteiro; periódicos especializados exclusivamente nessa área foram criados.

Como mais um exemplo desta preocupação dos bibliotecários, veja-se, ainda, a modificação de título e enfoque de uma das seções anuais de revisão da literatura do tradicional periódico *Library Resources & Technical Services,* que, em certo momento, deixa de denominar-se *Resources*[7] para passar a chamar-se *Collection Development and Preservation*[8]*;* pouco tempo depois, o título da seção sofreria "nova mudança, assumindo a denominação *Collection Development*[9]*.* Estava patenteada, portanto, a existência de uma doutrina, ainda que incipiente, sobre o desenvolvimento de coleções.

Ao considerar este relativamente súbito incremento de interesse pelo desenvolvimento de coleções, alguém poderia imaginar até que, com alguns anos de atraso, os bibliotecários haviam-nas descoberto, finalmente (este entusiasmo tem sido tão grande, que um bibliotecário mais afoito chegou a afirmar que "a Biblioteconomia é a arte de desenvolver uma coleção de livros, não a atividade de indexá-la"[10], o que, muito provavelmente, é um exagero...).

A conclusão que à primeira vista se impõe, considerando-se a existência, a partir de um determinado momento, de uma preocupação mais acirrada com as coleções, é a de que, anteriormente a essa preocupação, teria existido um provável alheamento dos profissionais em relação às mesmas, permitindo que estas se desenvolvessem naturalmente, obedecendo à teoria do *laissez-faire.* Esta seria contudo uma conclusão equivocada.

Na realidade, os profissionais da Biblioteconomia não estiveram absolutamente apáticos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas coleções, durante aqueles anos todos que precederam o *boom.* As várias atividades do processo de desenvolvimento de coleções sempre foram motivo de interesse dos bibliotecários. Parece certo que, anteriormente à explosão bibliográfica, a preocupação parecia ser muito mais pontual, direcionada, apesar de, antes da década de 70, alguns bibliotecários, principalmente na área de bibliotecas universitárias, já alertarem seus colegas quanto à necessidade de elaboração de políticas para a coleção ou para a aquisição de materiais[11].

Sob certos aspectos, é uma temeridade afirmar-se que a preocupação com uma seleção mais cuidadosa dos materiais a serem incorporados ao acervo surgiu na década de 60 ou 70. Esta preocupação parece sempre ter existido, mas localizavase muito mais no acréscimo de novos títulos à coleção, no sentido da "construção" – o termo utilizado era exatamente esse – da mesma, sem deslocar o centro de atenção do item em si para a coleção à qual ele estava sendo incorporado[12].

Da mesma forma, sempre existiu o cuidado em otimizar os processos de aquisição, buscando abreviar o tempo necessário para a obtenção e colocação do material ao alcance do usuário nele interessado. Sobre esse assunto, especificamente, irá manifestar-se Gail Kennedy, apontando que "a maioria das pessoas concordaria que a aquisição sempre esteve em atividade, enquanto o desenvolvimento de coleções é um termo relativamente novo, se não uma atividade absolutamente nova"[13]. Continuando, a autora dirá que o trabalho de busca, identificação e aquisição de

materiais de interesse à biblioteca já era realizado antes de 70, principalmente em grandes bibliotecas universitárias, com a mesma intensidade e minuciosidade que se tornou muito mais comum depois desta época, mas que o efetivo exercício de autoridade primária sobre o desenvolvimento das coleções pelos bibliotecários só começou mais recentemente.

Por outro lado, constata-se, ainda, que o desenvolvimento de coleções surge como uma evolução da seleção, juntamente com todas as atividades que lhe são correlatas. Já nos anos 60, pode-se notar uma preocupação maior com os orçamentos disponíveis para recursos informacionais, procurando utilizar-se de fórmulas que propiciassem uma alocação mais inteligente dos mesmos, aplicadas principalmente em bibliotecas universitárias.

Inovação foi, talvez, o reconhecimento de que o desenvolvimento de coleções deve ser uma divisão funcional da biblioteca, da mesma forma como o são a catalogação, a referência, a aquisição e os departamentos de circulação, em uma clara manifestação de que as complexidades dessa atividade haviam ampliado bastante. De qualquer forma, parece bastante claro para Gail Kennedy que, "sob uma variedade de níveis de reconhecimento, a maioria das bibliotecas públicas e acadêmicas deram atenção ao desenvolvimento de coleções durante os anos 70"[13]. (É claro que a autora está falando da realidade norte-americana, ou melhor, dos países mais desenvolvidos...).

A grande contribuição da conscientização sobre a explosão bibliográfica parece, todavia, ter sido muito mais no sentido de obrigar os bibliotecários a uma mudança radical de atitude em relação ao armazenamento e coleta de materiais informacionais. Ficou mais claro, a partir de então, que, se pretendiam manter as bibliotecas, pelas quais eram responsáveis, organismos vivos e atuantes, deveriam necessariamente mudar a ênfase de seu trabalho, abandonando a acumulação pura e simples do material em benefício da possibilidade de acesso ao mesmo, tornando a coleção "consistente com as metas e objetivos da instituição a que serve"[14]. É a evolução das instituições em um mundo de constantes mudanças que, por meio dos modernos sistemas de comunicação, tornou as coleções acessíveis em nível mundial.

O limite para uso dos acervos, utilizando-se do compartilhamento de recursos informacionais – que, praticamente, não conhece fronteiras –, é o próprio limite do conhecimento recuperável. Como pensar, diante disto, em armazenar documentos apenas para si? Ficou bem claro, a partir desta mudança de atitude, que nenhuma biblioteca poderia ser auto-suficiente, atrevendo-se a procurar dar-se ao luxo de. suprir todas as necessidades informacionais de seus usuários com recursos próprios. Esta passou a ser, na realidade, uma aspiração humanamente impossível de ser realizada.

Sem dúvida, esta foi uma mudança bastante radical, ocorrida com uma rapidez até surpreendente, quando considerados os longos anos do desenvolvimento da Biblioteconomia. Ela chegou a pegar muitos profissionais de surpresa. E talvez toda esta surpresa e resistências colocadas por alguns bibliotecários em relação ao desenvolvimento de coleções deva-se, em realidade, ao fato de que essa foi uma mudança que implicou – e continua a implicar – uma transformação de mentalidade, ou seja, o abandono de práticas e/ou visões de mundo tradicionalmente assimiladas, mas raras as vezes questionadas. Trata-se do abandono de uma postura tradicional, enfim, que não conseguia ver, no desenvolvimento de coleções, nada mais que a pura ou simples aquisição de materiais informacionais. É que, também, mostrou-se, muitas vezes, pouco permeável a novas atribuições, principalmente aquelas relacionadas com o planejamento do acervo.

Este, como diz Bruer, é um "sinal dos tempos", que exigiu uma distinção clara entre os procedimentos de aquisição, muitas vezes puramente operacionais, e o desenvolvimento de coleções, entendido, este último, de forma a incluir, também, a pesquisa sobre práticas de doação e permuta, reavaliação das aquisições efetuadas e a análise das práticas de seleção e aquisição cooperativa, sem, contudo, limitar-se apenas a elas. Ou seja: cada um desses itens poderia ser denominado como "uma subseção do problema maior do desenvolvimento de coleções em geral"[15].

MODELOS TEÓRICOS

Hendrik Edelman sugeriu a existência de uma hierarquia entre os termos desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição.

No primeiro nível, estaria o desenvolvimento de coleções entendido de maneira ativa, como uma função de planejamento: a existência de um plano ou política de desenvolvimento da coleção que descreva "os objetivos a curto e longo prazo da biblioteca para suas coleções"[16], levando-as em consideração e correlacionando-as com aspectos do meio ambiente, como a demanda do usuário, sua necessidade e expectativa, o mundo da informação, os planos fiscais e a história das coleções.

No segundo nível, estaria a seleção como função direta do desenvolvimento de coleções, isto é, o processo de tomada de decisões relacionadas com a implementação dos objetivos anteriormente estabelecidos. Neste aspecto, os critérios e metodologia para identificação e seleção dos materiais informacionais deveriam ser necessariamente vistos separadamente da política para desenvolvimento da coleção.

No terceiro nível desta hierarquia, estaria a aquisição, entendida, agora, como a implementação das decisões de seleção. É o processo que, na prática, torna realidade palpável decisões tomadas na seleção. O autor, apesar de hierarquizar os itens componentes do desenvolvimento de coleções, reconhece que os mesmos estão em constante interação e sobreposição[16].

John Ryland parece concordar com Edelman, quando lembra aos bibliotecários presentes em uma conferência sobre aquisição de livros e periódicos realizada em Charleston que, na realidade, "o desenvolvimento e a administração de coleções é muito mais que a seleção"[17]. Para ele, o desenvolvimento de coleções irá abranger variadas tarefas, como a determinação da política da coleção, a alocação de recursos, a avaliação de coleções, seja para descarte, como para armazenagem em depósitos.

Nesta mesma linha de raciocínio, caminham, também, Rose Mary Magrill e Doralyn J. Hickey, quando afirmam que:

"De uma maneira geral, o desenvolvimento de coleções irá incluir a avaliação das necessidades dos usuários, a avaliação da coleção atual, a determinação da política de seleção, a coordenação da seleção de itens, o "desbastamento" e armazenagem de partes da coleção e o planejamento para compartilhamento de recursos. Entretanto, de uma maneira ainda mais geral, o desenvolvimento de coleções não é apenas uma simples atividade ou um grupo de atividades: é um processo de planejamento e de tomada de decisão"[18].

Já James C. Baughman entende que o desenvolvimento de coleções precisa ser enfocado sob um ponto de vista estruturalista, querendo, com isto, significar "a procura de um padrão de relacionamento"[6] entre as partes envolvidas nesta atividade bibliotecária. Com esta abordagem, o desenvolvimento de coleções é entendido como composto por vários componentes:

a) uso: grupo de demandas;
b) conhecimento: grupo de disciplinas, assuntos, tópicos e áreas de estudo;

c) biblioteconomia: grupo de relações entre as literaturas dos diversos assuntos.

Para Baughman, são exatamente as relações entre esses três componentes que irão gerar o desenvolvimento de coleções, o qual está no centro mesmo deste relacionamento, conforme pode ser visualizado pela figura idealizada por esse autor (figura 1). O desenvolvimento de coleções irá constituir-se, então, no entrecruzamento de planejamento, implementação e avaliação de coleções, que serão assim definidos:

a) planejamento da coleção – é um projeto para a acumulação de documentos afins, da maneira determinada pelas necessidades, propósitos, objetivos e prioridades da biblioteca;

b) implementação da coleção – trata do processo de tornar os documentos acessíveis para uso;

c) avaliação da coleção – envolve seu exame e julgamento em relação aos objetivos e propósitos estipulados.

Desta forma, Baughman afirma que o desenvolvimento de coleções é um plano passível de implementação, podendo ser representado da seguinte forma:

PLANEJAMENTO + IMPLEMENTAÇÃO + AVALIAÇÃO = DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Concluindo seu raciocínio, o autor afirma que "o enlaçamento destes conceitos em uma política para desenvolvimento de coleções leva a um sistema que é complementado, cíclico e auto-aperfeiçoável[6].

Com uma maneira ligeiramente diferente de pensar, G. Edward Evans irá enfocar o desenvolvimento de coleções sob um ponto de vista sistêmico, definindo-o como o "processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais de biblioteca em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade e tentando corrigir as fraquezas existentes, quando constatadas", o que vai requerer "constantes exame e avaliação dos recursos da biblioteca e constante estudo tanto das necessidades do usuários, como de mudanças na comunidade a ser servida[19].

Desta forma, considerado como um processo, o desenvolvimento de coleções terá necessariamente um enfoque sistêmico, e sua ênfase irá variar, para cada um de seus componentes, de acordo com o tipo de biblioteca em que estiver ocorrendo. Mas este processo pode ser, de uma maneira geral, considerado comum para todas as bibliotecas. Além disso, esta concepção é muito importante, por concentrar em si a noção de continuidade, a qual, abordada sob a perspectiva sistêmica, transmite a idéia de que as atividades ligadas à coleção não podem ser encaradas isoladamente, mas têm de ser vistas como componentes – ou subsistemas – de um todo.
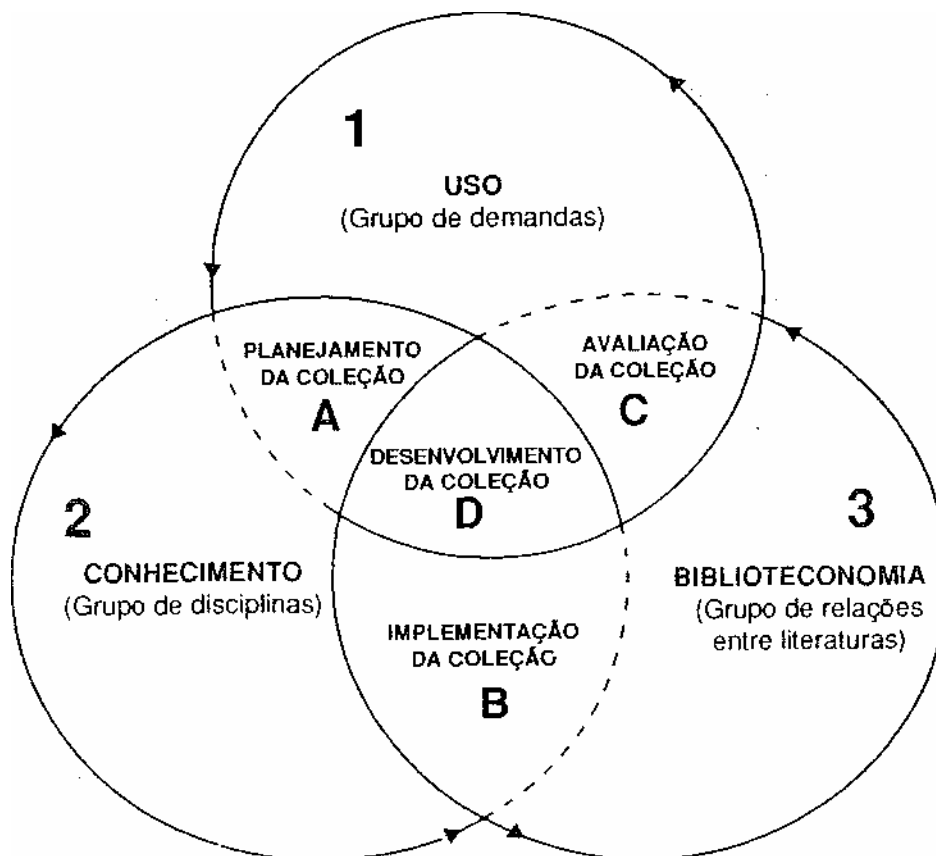
Figura 1 - Desenvolvimento de coleções. Abordagem estruturalista (Baughman, 1979[6])

O modelo do processo, elaborado por Evans[19], é, aliás, bastante elucidador a este respeito, pois enfatiza o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, sem que uma etapa chegue a distinguir-se ou sobrepor-se às demais. Estão todas em pé de igualdade, girando, teoricamente, em torno de um pequeno círculo em que estão situados os profissionais responsáveis pelo trabalho de desenvolvimento da coleção. Ao redor desses componentes, servindo como subsídios a todos eles – exceção única a da etapa de aquisição -, encontra-se a comunidade a ser servida. Desta forma, o modelo cobre o processo inteiramente, não caindo no erro de confundi-lo com uma ou outra de suas partes componentes – erro bastante comum de acontecer no dia a dia das bibliotecas. A figura é bastante esclarecedora, além do mais, por deixar claro que este é um processo ininterrupto, tendo necessariamente de transformar-se em atividade rotineira das bibliotecas, garantia única de sua efetividade (figura 2).
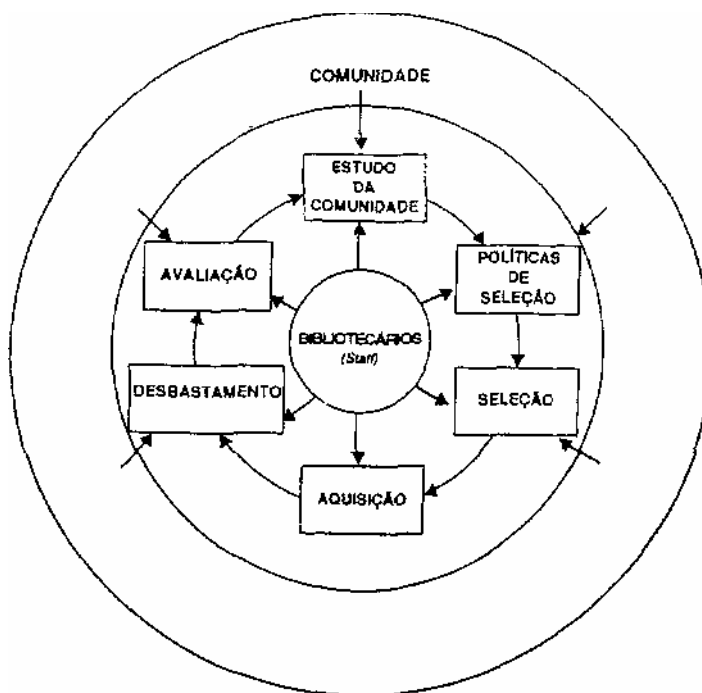
Figura 2 - O processo de desenvolvimento de coleções (Evans, 1979[19])

Também Charles B. Osborn irá salientar exaustivamente essa característica sistêmica do desenvolvimento de coleções, definindo-o como "um sistema de serviço ao público, efetuado mediante um processo de tomada de decisões que leva a uma determinação da aquisição e retenção dos materiais"[20]. Para ele, os conceitos de "serviço ao público", "sistema" e 'processo de tomada de decisões" são conceitos-chave para entendimento global dos objetivos e propósitos do desenvolvimento de coleções.

Posteriormente a Evans e Osborn, Bonita Bryant debruçou-se sobre a questão do desenvolvimento de coleções, procurando distinguir as diversas estruturas organizacionais que são utilizadas para desempenho dessas atividades[21]. Aponta que é possível identificar a existência de três posturas neste aspecto:

a) postura de aquisição – caracterizada pela confiança na seleção de novos materiais, realizada externamente à biblioteca, é, praticamente, uma postura em que os bibliotecários exercem pouquíssimo controle sobre a coleção, pelo menos no sentido de direcioná-la para um determinado objetivo. Existe ape nas, como indício da existência do mesmo, no máximo um perfil para aprovação do material, estabelecido em bases bastante amplas.

b) postura de seleção – procura concentrar nos bibliotecários a responsabilidade pelo desenvolvimento da coleção, apesar de seleções realizadas externamente à biblioteca poderem ser aceitas, ou, mesmo, eventualmente solicitadas. Existe um tipo de ligação entre usuários e bibliotecários responsáveis pela seleção. Isto, geralmente, facilita o estabelecimento de uma política para o desenvolvimento da coleção, embora se possa afirmar que as atividades rotineiras de seleção tendem a deixar aos bibliotecários pouco tempo disponível para participação do desbastamento sistemático ou outros projetos.

c) costura de administração e desenvolvimento de coleções – caracteriza-se pela distribuição das tarefas e responsabilidades envolvidas neste objetivo entre os bibliotecários com formação acadêmica em áreas de assunto específicas. Existe, nesta última postura, uma articulação quase que completa, por um lado, entre a política e o desbastamento sistemático e, por outro, a análise do orçamento, alocação e controle de recursos financeiros e informacionais.

Mais ou menos na mesma época em que Bonita Bryant tratou da questão do desenvolvimento de coleções, James A. Cogs-well fez um rápido levantamento da literatura sobre o assunto e destacou que esta denominação parece ter-se tomado insuficiente para a gama de atividades atualmente envolvidas com a administração e desenvolvimento de coleções. Segundo este autor, apesar de a "maior parte da literatura recente ainda utilizar o termo desenvolvimento de coleções de bibliotecas"[22], vários autores, como são os casos de Lyden[7] e Mosher[23], apontam o aparecimento de uma nova nomenclatura que visa a abarcai mais adequadamente as atividades incorporadas a esta área do trabalho bibliotecário.

Para reforçar sua argumentação, Cogswell[22] cita textualmente artigo de Mosher em que este último define o desenvolvimento de coleções como "a seleção efetiva e oportuna dos materiais de biblioteca, formando áreas de assunto ou coleções cuidadosamente construídas, no transcorrer do tempo, por bibliógrafos especializados". Em contraposição a esta descrição, Mosher, ainda citado por Cogswell, especifica as atividades envolvidas, segundo ele, na administração de coleções, a qual pode ser definida como a "administração sistemática, eficiente e econômica dos recursos da biblioteca", enfatizando, por um lado, a "natureza programática" e, por outro, os papéis, agora ampliados, dos administradores das coleções[23]. Para Cogswell, entretanto, independentemete de qual seja a terminologia utilizada, o importante é que a administração de modernas coleções de pesquisa não seja encarada como "uma série de tarefas isoladas ou estreitamente definidas, reservadas para uns poucos bibliógrafos especializados"[22].

Continuando, Cogswell[22] apresenta sua definição de administração de coleções como sendo "a administração sistemática do planejamento, composição, orçamentação, avaliação e uso das coleções de bibliotecas durante grandes períodos de tempo, a fim de atingir objetivos institucionais específicos" e compreendendo, pelo menos, as oito seguintes funções:

1) planejamento e elaboração de políticas – processo de identificação e implementação de planos de ação em relação à coleção, incluindo, como parte integral e central, o estabelecimento de uma declaração formal de política para o desenvolvimento da mesma, que não pode, absolutamente, ser vista como um documento interno, unicamente para uso da biblioteca, mas, isto sim, ser utilizada como um instrumento potencial de comunicação com a comunidade servida.

2) análise de coleções – avaliação dos pontos fortes e fracos da coleção utilizando-se de medidas objetivas.

3) seleção de materiais – uma função importantíssima devido à natureza expansiva da maioria das coleções de pesquisa, que tende a modificar-se com a aplicação cada vez maior de programas de aquisição *on approval,* em que as bibliotecas transmitem a grandes fornecedores de materiais de informação, mediante um perfil de interesse da biblioteca, a decisão sobre a seleção dos materiais, abreviando o processo de aquisição dos mesmos.

4) manutenção da coleção – também de nominada re-seleção, abrange os tra balhos de decisão sobre quais mate riais na coleção devem ser preserva dos, descartados ou armazenados para melhor servir às necessidades cios usuários presentes e futuros.

5) administração fiscal – vai incluir toda a atividade de controle de orçamento e alocação de recursos para aquisição de materiais.

6) contato com usuário – à medida que se tornam cada vez mais complexas as necessidades e exigências dos usuá rios, faz-se necessária unia ligação maior com ele por parte dos bibliotecá rios responsáveis pelo desenvolvi mento das coleções, a fim de ter co nhecimento das mesmas e atendê-las de maneira satisfatória. Este trabalho terá de levar em consideração, neces sariamente, a provisão de instrução bi bliográfica, a busca *on-line e* o próprio serviço de referência em base regular.

7) compartilhamento de recursos – não pode mais ser visto como atividade extra à qual nem sempre correspondem benefícios suficientemente compensadores. Tornou-se, na realidade, uma condição essencial para viabilidade de toda e qualquer biblioteca, principalmente devido aos avanços no campo da telecomunicação.

8) avaliação do programa – os planos, políticas, procedimentos e pessoal envolvido no desenvolvimento de coleções precisam ser periodicamente avaliados com a finalidade de verificar sua adequação à comunidade e aos objetivos da instituição. Dados referentes à utilização, ou não-utilização, empréstimo interbibliotecário e estudos de usuário precisam ser considerados na administração e desenvolvimento da coleção[22].

O trabalho de Cogswell, entretanto, foi realizado tendo em vista a organização das atividades ligadas ao desenvolvimento de coleções em bibliotecas acadêmicas ou de pesquisa. Toda a atividade de coleta de dados desenvolvida por esse autor teve como objetivo obter modelos organizacionais aplicáveis nesse tipo de instituições, deixando de questionar sua adequação a outras tipologias de bibliotecas, como, por exemplo, as públicas ou escolares. A adequação do desenvolvimento de coleções às características da organização bibliotecária em que se realiza parece ser uma tendência quase dominante.

TIPOS DE BIBLIOTECAS E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O desenvolvimento de coleções não tem sido discutido de maneira semelhante no que concerne aos vários tipos de instituições bibliotecárias. Pelo que se depreende da literatura em Biblioteconomia e Documentação, a preocupação com esse assunto em bibliotecas universitárias e/ou especializadas, pelo menos no que diz respeito ao aparecimento de artigos tratando mais detalhadamente dessas instituições, tem sido muito maior do que aquela a respeito de bibliotecas públicas ou escolares. Talvez isto se deva, principalmente, ao fato de que grande parte dessa literatura tem sua origem nos Estados Únicos, onde se pode notar, desde inícios da década de 60, o recrudescimento de problemas devidos ao crescimento das bibliotecas, principalmente as universidades de grande porte[5].

Desta forma, é até compreensível a preponderância de estudos sobre o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, como é o case do estudo sobre o estado-da-arte de Magrill & East[11], pois estava aí – e, provavelmente, ainda continua a estar – a maior preocupação dos bibliotecários norte-americanos.

O fato apontado anteriormente pode ser constatado tanto no estudo do desenvolvimento de coleções como um todo, englobando o total de suas atividades, como no caso específico de cada uma delas. Desta forma, por exemplo, vê-se que a questão do empréstimo interbibliotecário, como urna provável alternativa à compra de materiais, apenas recentemente foi discutida, na literatura, em sua relação com as bibliotecas públicas[24]. Por outro lado, é também bastante provável que, de um ponto de vista puramente pragmático, tenha parecido, a esses profissionais, ser mais compensador e justificável financeiramente o dispêndio de mais tempo e trabalho na resolução dos problemas de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias e especializadas que nas demais.

Alguns dos manuais didáticos sobre desenvolvimento de coleções surgidos, em anos recentes, na literatura internacional, têm discutico a especificidade das bibliotecas no que tange ao desenvolvimento de suas coleções[19, 25], partindo da premissa de que desenvolver a coleção de uma biblioteca pública, por exemplo, não é, absolutamente, a mesma coisa que desenvolver a coleção de uma biblioteca especializada. Outros, contudo, não chegam a fazê-lo com a mesma especificidade[11], entendendo, talvez, que o assunto possa ser encarado amplamente e que o mesmo seria, portanto, globalmente válido e necessário em bibliotecas de qualquer tipo, nas quais ocorreria de maneira bastante semelhante. Para esses últimos autores, não haveria necessidade de particularizações.

Esta última parece ser um postura equivocada, pois tudo parece indicar que o desenvolvimento de coleções precisa necessariamente ser tratado de maneira específica a cada tipo de biblioteca em que vier a ocorrer, uma vez que o processo tende a variar de acordo com as finalidades das instituições em que acontece. Considerando o modelo desenvolvido por Evans[25], podem ser constatadas as seguintes especificidades:

a) Bibliotecas públicas – Possuem uma clientela mais dinâmica, diversificada, que deve ser acompanhada com bastante atenção devido às mudanças de gostos e interesses. As necessidades informacionais da comunidade a ser atendida pela biblioteca variam, pode-se dizer, quase que na mesma propor-

ção em que variam os grupos, organizados ou não, presentes na mesma. O trabalho de análise da comunidade parece ser, assim, aquele que maior ênfase deve receber por parte dos bibliotecários. Como conseqüência desse acompanhamento da comunidade, exatamente em virtude das flutuações detectadas, haverá um cuidado especial com a seleção de materiais, devidamente alicerçada em uma política de seleção (que, por sua vez, será baseada no perfil da comunidade a ser atendida). Boa ênfase nas atividades de avaliação e desbastamento do acervo parece ser, também, outra característica do desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, principalmente quando se procura atender à demanda imediata dos usuários. Neste aspecto, salienta-se que os bibliotecários responsáveis pelo desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas devem "primariamente desejar servir o público, mas ainda assim manter uma perspectiva prática, um interesse em questões correntes, uma saudável desconfiança do *status quo,* uma diversão em assumir riscos e uma incrível memória para livros, mas uma falta de reverência por eles"[27].

b) Bibliotecas escolares – Existem – ou pelo menos deveriam existir – para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares nas quais se localizem. Mais que isto: devem estar integradas ao processo educacional. As coleções das bibliotecas escolares devem seguir, na realidade, os direcionamentos do sistema educacinal vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do processo de desenvolvimento de coleções estará, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos - normalmente alicerçada por uma política de seleção que terá por base o currículo ou programa escolar. Relevem-se, a respeito disso, as grandes inovações que vêm acontecendo em termos de recursos de informação colocados a serviço das instituições educacionais, principalmente em países do Primeiro Mundo e em algumas regiões de países como o Brasil, em que as bibliotecas escolares transformaram-se em verdadeiras centrais de multimeios cujos objetivos podem ser expressos como "dar suporte e promover o propósito formulado pela escola ou distrito do qual são parte integrante"[28]. As etapas de avaliação e desbastamento serão enfatizadas, nas bibliotecas escolares, à medida que possibilitem adequar a coleção a eventuais mudanças nos programas e/ou currículos.

c) Bibliotecas universitárias - Devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a ex tensão de serviços à comunidade. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma variada gama de materiais de informação que possibilitem ao pesquisador ter acesso a tocos os pontos de vista importantes ou necessários para sua pesquisa. Apesar do aparecimento de um bom número de pesquisas que advogam uma atividade de seleção de materiais informacionais, em bibliotecas universitárias, que leve prioritariamente em conta a relação custo-benefício ou custo-efetividade do material a ser adquirido[29, 30], medidos por estudos de uso da informação, esta não parece ser a principal preocupação do desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Isso é decorrente de que *a* mesma necessita ter um volume de materiais suficientemente significativo em termos de quantidade e qualidade para dar suporte às atividades de pesquisa realizadas tanto em nível de graduação como de pós, assim como às atividades normais de prestação de serviços ou extensão à comunidade. Da mesma forma, a clientela é relativamente homogênea, não exigindo avaliações de grande monta. A ênfase maior, no caso, parece estar muito mais no desbastamento e avaliação constantes das coleções - medidas necessárias para otimização do acervo. Já as bibliotecas das chamadas "instituições isoladas de ensino superior", no entanto, contrariamente às de bibliotecas ligadas a universidades, exatamente por não terem de prestar suporte à pesquisa, norteiam o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos por elas oferecidos. Levam em consideração, além disso, não só a natureza deste currículo, como também a composição do corpo docente, a quantidade de recursos financeiros disponíveis e a localização geográfica[31]. Neste aspecto, elas aproximam-se muito das bibliotecas escolares.

d) Bibliotecas especializadas ou de em presas – Existem para atender às necessidades das organizações a que estão subordinadas e por isso – mais do que qualquer uma das outras anteriormente citadas – têm seus objetivos muito mais bem definidos. A diferença maior no desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas está, provavelmente, na maior necessidade de especificação de normas para seleção dos materiais com a finalidade de compatibilizá-los com os objetivos da instituição maior. Da mesma forma, é neste tipo de biblioteca que são necessários, com maior freqüência, materiais não-convencionais – relatórios, patentes, *préprints* etc. – que exigem dos bibliotecários um enorme esforço para localização e obtenção dos itens desejados.

Vê-se, portanto, que a questão do desenvolvimento de coleções não é enfocada da mesma maneira em todas as bibliotecas. Como anteriormente citado, esta parece ser uma conseqüência lógica da própria diversidade das instituições, que vão abranger características de acervo, usuário e meio ambiente onde se localizam.

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NO BRASIL

A questão primeira a ser levantada em relação ao desenvolvimento de coleções no país poderia ser expressa em poucas palavras, da seguinte forma: afinal, estão as coleções sendo realmente desenvolvidas com critérios neste país? Estão elas seguindo qualquer tipo de parâmetro para seu desenvolvimento?

A resposta que a literatura biblioteconômica em língua portuguesa dá a esta pergunta não parece ser das mais animadoras. Pouco – ou quase nada – pode ser apresentado como um dado realmente inquestionável, passível de ser transformado em regra geral, de que as bibliotecas brasileiras têm sido objeto, digamos assim, de um efetivo esforço em direção ao desenvolvimento de suas coleções. Já em outra oportunidade, fez-se referência ao "inchaço" das coleções – reflexo de um crescimento ocorrido de maneira aleatória[32]. Pouco se conseguiu encontrar, desde então, que pudesse colaborar decisivamente para mudança desta opinião, e, mesmo correndo o risco de se estar fazendo uma avaliação excessivamente pessimista da realidade, é necessário reforçar a afirmação anteriormente feita, ou seja, a de que, de fato, o desenvolvimento de coleções não foi jamais encarado, entre nós, com suficiente seriedade.

Pelo que se pode depreender da literatura, as universitárias e especializadas até que têm sido objeto de relativo grau de preocupação com seus acervos, provavelmente em virtude de maior exigência de sua clientela em relação aos mesmos. Deve ficar claro, contudo, que esta maior atenção dispensada a essas bibliotecas não pode ser sequer comparada com a atenção a elas dispensada em países mais desenvolvidos. No caso das bibliotecas públicas, pior ainda. De todo modo, enquanto nas primeiras parece existir, neste país, um

evidente interesse em exercer algum tipo de controle sobre *os* materiais informacionais que as mesmas têm por objetivo armazenar, nas últimas não se consegue desvendar claramente uma preocupação similar, fato que se presencia até mesmo em muitos sistemas de bibliotecas públicas recentemente instaurados no país (com as exceções de praxe, é claro).

Outro exemplo dessa distinção de tratamento ou enfoque são as iniciativas para estabelecimento de catálogos coletivos que visam a atender, prioritariamente, ao usuário em busca de informação especializada, ou, ainda, ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Por outro lado, vê-se que 3 distribuição de livros às bibliotecas públicas realizada pelo Instituto Nacional do Livro, praticamente a única atividade de âmbito nacional organizada sob auspícios governamentais tendo como objetivo o aparelhamento dos acervos dessas bibliotecas, fica muito longe de ser uma política nacional para desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas. Muito pelo contrário, só pode ser encarada como uma iniciativa ineficiente, não podendo ser considerada, absolutamente, como um efetivo esforço na área de desenvolvimento de coleções, à medida que desconheceu regionalidades e jamais permitiu uma retroalimentação adequada do sistema de distribuição, visando a torná-lo mais interessante para todos os envolvidos, principalmente as bibliotecas conveniadas.

Outro índice do desconhecimento, no Brasil, da problemática das coleções e da necessidade de seu gerenciamento parece ser o fato de que apenas em 1982 é que se colocou no currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia, entre as chamadas matérias técnicas, a matéria **Formação *e* Desenvolvimento de Coleções,** que traz como ementa "princípios e políticas de seleção: formas, recursos, procedimentos e legislação para aquisição; princípios e técnicas de avaliação de coleções; conservação de coleções; política de expansão da biblioteca". Seus objetivos são assim delineados: capacidade de formular princípios e métodos e empregar técnicas para formação, desenvolvimento e avaliação das coleções, visando à sua adequação aos usuários, e compreensão da necessidade de conservação dos diversos suportes físicos do conhecimento e de tratamento adequados a cada tipo, de acordo com sua natureza[33].

Antes disso, conforme se pode ver por amplo levantamento nos cursos de graduação em Biblioteconomia do país, o máximo que se podia encontrar eram tópicos específicos para seleção e seleção de materiais especiais[34, 35], devendo-se imaginar que as demais atividades do desenvolvimento de coleções fossem tratadas no âmbito de disciplinas mais gerais, como, por exemplo, Organização e Administração de Bibliotecas.

Fica claro, em vista disso, que a inovação referida no parágrafo anterior, ou seja, a inclusão da matéria Formação e Desenvolvimento de Coleções, deve ser entendida como um grande avanço no tratamento do assunto, uma vez que cada escola de Biblioteconomia do país poderá adaptar o currículo a suas necessidades e acrescentar o que entender mais conveniente para as características de seu público, desdobrando a matéria em quantas disciplinas precisar. A análise da ementa proposta – e aprovada – pelo Conselho Federal de Educação, no entanto, parece deixar entrever uma visão muito restrita do desenvolvimento de coleções, com seu enfoque iniciando-se pela seleção e aquisição dos materiais.

É evidente que tanto uma como a outra fazem, realmente, parte do processo, mas não chegam a iniciá-lo, principalmente quando se tem em vista as considerações de Evans[36]. Espera-se, talvez com excessivo otimismo, que as escolas de biblioteconomia preencham, em suas práticas educacionais, o currículo máximo de cada uma delas – o que faltou na ementa da matéria, conforme esta vem definida no currículo mínimo.

Já a literatura especializada em língua portuguesa, ao tratar a questão do desenvolvimento de coleções, parece prender-se demasiadamente a uma visão pontual do assunto, não conseguindo enxergá-lo em profundidade. Razoável contribuição tem sido dada à área pela professora Nice Menezes de Figueiredo, a qual vem analisando sistematicamente a vasta produção internacional sobre o assunto e tentando adaptá-la à realidade brasileira com maior ou menor sucesso, dependendo do caso. Os trabalhos desta estudiosa, sejam aqueles a tratarem especificamente de desenvolvimento de coleções[37], sejam aqueles a tratarem de etapas ou atividades desse processo[38, 39], têm sido, indubitavelmente, muito importantes para alertar os bibliotecários sobre a necessidade de o profissional brasileiro deixar de ter urna atitude passiva em frente dessa literatura internacional, em uma postura de mera "deglutição", mas tentar, também, questioná-la e adaptá-la à realidade vivida pelo país. Nem sempre é esta a norma encontrada na literatura especializada em língua portuguesa, na qual, muitas vezes, os autores reproduzem meras técnicas alienígenas e as aplicam à realidade brasileira, sem quase nenhuma reflexão. Fora disso, o normal é encontrar-se, na área de desenvolvimento de coleções, uma razoável quantidade de artigos tratando de seleção de acervo em bibliotecas universitárias[40], estudos de uso[41,42], acessibilidade de documentos[43], podendo-se até encontrar, eventualmente, a descrição da sistemática de desenvolvimento de uma coleção específica[44] ou externando preocupação com a elaboração de uma lista de obras para um "provável" acervo básico das bibliotecas públicas brasileiras[45].

Parece correto concluir-se, quando considerada a literatura especializada em desenvolvimento de coleções publicada em língua portuguesa, que a área ainda não se encontra suficientemente sedimentada no país. A inexistência de trabalhos introdutórios sobre o assunto que possibilitem atingir o público estudantil e bibliotecários recém-formados, de modo a modificar a visão existente, é quase total, a exceção de um único texto[46], atualmente adotado em muitas escolas de Biblioteconomia do país.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento de coleções continua em constante evolução. Aos poucos, em seu interior, começam a surgir outras especialidades, demonstrando ter a área atingido um grau de amadurecimento considerável para os poucos anos em que está constituída, Da mesma forma, vê-se proliferar cada vez mais a convicção da necessidade de encarar as coleções e seu desenvolvimento como um fator importante da administração dos serviços de informação. Existem, neste campo, variadas razões para otimismo. Embora muito ainda exista a ser feito, tem-se nitidamente a consciência de que o momento atualmente vivido não é de paralisação, mas de evolução. O melhor dessa evolução é que ela não parece restringir-se apenas aos países mais desenvolvidos, onde as vanguardas tecnológicas se localizam, mas atinge também países periféricos como o Brasil, que, mesma em ritmo mais lento, passam a usufruir seus benefícios e, desta forma, capacitam-se a enfrentar os desafios que virão com a virada do século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SOLLA PRICE, Derek de. Society needs in scientific and technical Information. *Ciência da Informação,* v. 3, n. 2, p. 97,1974.

2. BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação,* v. 3, n. 2, p. 157, 1974.

3. BRADFORD, S. C. O caos documentário. In: ---------. *Documentação.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p. 196-216.

4. ESCARPIT, Robert. *A revolução do livro.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Instituto Nacional do Livro, 1976. p. 39.

5. SCHORRIG, Cláudia. Sizing up the space problems in academic libraries. In: GORE, Daniel, ed. *Farewell to Alexandria:* solutions to space, growth and performance problems in libraries. Westport, Greenwood Press, 1977. p. 6.

6. BAUGHMAN, James C. Toward a structural approach to collection development. *College & Research Libraries,* v. 38, n. 3, p. 241, p. 242, 1979.

7. LYNDEN, Frederick C. Resources in 1978. *Library Resources & Technical Services,* v. 23, n. 3, p. 213-45, 1979.

8. MAGRILL, Rose Mary. Collection development and preservation in 1979. *Library Resources & Technical Services,* v. 24, n. 3, p. 247-73, 1980.

9. MAGRILL, Rose Mary. Collection development em 1981. *Library Resources & Tecnical Services,* v. 26, n. 3, p. 240-53, 1982.

10. MANLEY, Will. Facing the public. *Wilson Library Bulletin,* v. 63, n. 8, p. 81, 1989.

11. MAGRILL, Rose Mary, EAST, Mona. Collection development in large university libraries. *Advances in Librarianship,* v. 8, p. 13, 1978.

12. PANCAKE, Marcia. From book selection to collection management continuity and advance in an unending work. *Advances in Librarianship,* v. 13, p. 188, 1984.

13. KENNEDY, Gail A. The relationship between acquisitions and collection development. *Library Acquisitions: Practice & Theory,* v. 7, n. 3, p. 226,1983.

14. LIMA, Regina Célia Montenegro de, FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação,* v. 13, n. 2, p. 139, 1984.

15. BRUER, J. Michael. Acquisitions in 1973. *Library Resources & Technical Services,* v. 18, n. 3, p. 239, 1974.

Waldomiro de Castro Santos Vergueiro

Professor Doutor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Collection development: a new aspect for informational resources planning

Abstract

The evolution of collecton development activities in libraries was accelerated due difficulties with the "bibliographic explosion ". Models for operation of collection development have been developed, as well as appeared the necessity of approaching the subject according to the several types of libraries. Concerns with collection development also begins to appear in Brazil, although in a slower pace.

Key words

Bibliographic planning; Collection development.

16. EDELMAN, Hendrik. Selection methodology in academic libraries. *Library Resources & Technical Services,* v. 23, n. 1, p. 33, p. 38, 1979.

17. RYLAN, John. Collection development and selection: who should do it? *Library Acquisitions: Practice & Theory*, v. 6, n. 1,p. 13, 1982.

18. MAGRILL, Rose Mary, HICKEY, Doralyn. *Acquisitions management and collection development in libraries,* Chicago, American Library Association, 1984. p. 4.

19. EVANS, Edward, G. *Developing library collections,* Littleton, Libraries Unlimited, 1979. p. 28, p. 20.

20. OSBORN, Charles B. Marketing the collection development aspects of serials control. In: LEE, Sul H., ed. *Serials collection development:* choices and strategies. Ann Arbor, Pierian Press, 1981. p. 12.

21. BRYANT, Bonita. The organizational structure of collection development. *Library Resources & Technical Services,* v. 31, n. 2, p. 111-122, 1987.

22. COGSWELL, James A. The organization of collection mangement functions in academic research libraries. *Journal of Academic Librarianship, v.* 13, n. 5, p. 269-271, 1987.

23. MOSHER. *apud* COGSWELL, James A. *Op. cit., Loc.cit.*

24. MACKEY, Terry. Interlibrary loan: an acceptable alternative to purchase. *Wilson Library Bulletin,* v. 63, n. 5, p. 54-56, 1989.

25. CURLEY, Arthur, BRODERICK, Dorothy. *Building library collections.* 6. ed. Metuchen, Scarecrow, 1985.

26. EVANS, Edward G. *Op. cit.* p. 19-27.

27. ROBINSON, William. *Apud* REED, Helen l. Collection management and development issues and applications. *Library Acquisitions: Practice & Theory,* v. 7, n. 3, p. 271-2, 1983.

28. AMERICAN Association of School Libraries. *apud* MAGRILL, Rose Mary, HICKEY, Doralyn. *Op. cit.* p. 13.

29. GORE, Daniel. A view from the tower of Babel. *Library Journal,* v. 100, n. 16, p. 1599-504, 1975.

30. KENT, Allen *et alii. Use of library materials:* the University of Pittsburgh study. New York, Marcel Dekker, 1979.

31. LYLE. *Apud* MILLER, William, ROCKWOOD, D. Stephen. Collection development from a college perspective. *College & Research Libraries,* v. 40, n. 4, p. 318, 1979.

32. VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. *Revista de Biblioteconomia de Brasília,* v. 15, n. 2, p. 193, 1987.

33. EMENTÁRIO das matérias do currículo mínimo. Brasília, ABEBD, 1982.

34. FIGUEIREDO, Nice Menezes de *et alii.* Análise da literatura recomendada no ensino de biblioteconomia no Brasil. In: FIGUEIREDO, Nice Menezes de. ed. *O ensino de Biblioteconomia no Brasil:* relatório de equipe de pesquisas sobre o *status quo* das escolas de biblioteconomia e documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília, CAPES, 1978. v. 2.

35. FIGUEIREDO, Nice Menezes de, MENOU, Michel, Metodologia para avaliação de material didático da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação em nível de graduação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília,* v. 16, n. 1, p. 33-44, 1988.

36. EVANS, Edward G. Op. cit, p. 28.

37. FIGUEIREDO, Nice Menezes de *Metodologia para avaliação de coleções incluindo procedimentos para revisão, descarte e armazenamento.* Brasília, IBICT., 1985.

38. FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Avaliação de coleções e estudos de usuários. Brasília,* ABDF, 1979.

39. FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção de livros. In: MACHADO. Ubaldino Dantas. ed. *Estudos avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação.* Brasília, ABDF, 1982. v. 2. c. 1. p. 1-48

40. MIRANDA, Antônio. Seleção de material bibliográfico em bibliotecas universitárias brasileiras: idéias para um modelo organizacional. In: MIRANDA, Antônio. *Estruturas de informação* e *análise conjuntural.* Brasília, Thesaurus, 1980. p. 63-85.

41. ANDRADE, Maria Teresinha Dias *et alii.* Avaliação do uso da coleção de livros em bibliotecas universitárias no campo da saúde pública. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* v. 15, n. 1/2, p. 38-53, 1982.

42. LIMA, Maria Letícia de Andrade. Uso das coleções na Biblioteca Central da UFPE. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* v. 11, n. 1, p. 22-37, 1982.

43. OBERHOFER, Cecília Alves. Acessibilidade de documentos e satisfação da demanda: um modelo de avaliação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília,* v. 11, n. 1, p. 19-33, 1983.

44. CARVALHO, Maria da Conceição. Uma política de desenvolvimento de coleção para a biblioteca do Instituto de Educação de Minas Gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* v. 9, n. 2, p. 195-216, set. 1980.

45. RAMOS, Maria Ester *et alii.* Listagem de obras para o acervo básico de bibliotecas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. *Anais.* Curitiba, Associação de Bibliotecários do Paraná, 1979. v. 2, p. 864-905.

46. VERGUEIRO, Waldemiro C. S. *Desenvolvimento de Coleções,* São Paulo, APB: Polis, 1989.

Artigo aceito para publicação em 29 de abril de 1993.